

# 1 CONGRESO LATINOAMERICANO de Gestión Cultural

Santiago | Chile | 23 al 27 | Abril | 2014

## Desafios para uma gestão participativa de cultura: a experiência do Movimento Cultura Viva Santo André <sup>1</sup>

Silvia Helena Passarelli <sup>2</sup>  
Simone Zarate <sup>3</sup>

---

<sup>1</sup> Ponencia presentada al Primer Congreso Latinoamericano de Gestión Cultural, realizado en Santiago de Chile, entre los días 23 al 27 de abril de 2014.

<sup>2</sup> Doutora em Arquitetura e Urbanismo, Professora da Universidade do Grande ABC, Brasil.

<sup>3</sup> Mestre em Ciência da Informação, consultora na área de política e gestão cultural.

## **Introdução**

Tem sido cada vez mais frequente a apresentação de reivindicações na área de cultura nos programas de governo e debates públicos. Em resposta, desde o final do século XX as questões de cultura se apresentam no discurso de gestores públicos mais progressistas como um direito a ser conquistado. No dizer de Marilena Chauí, “a cultura é um direito do cidadão, direito de acesso aos bens e às obras culturais, direito de fazer cultura e de participar das decisões sobre a política cultural” (2012).

Práticas neste sentido têm sido experimentadas de modo a ampliar o acesso e fomentar os fazeres culturais no Brasil, com experiências em nível local e/ou nacional. Destaca-se, entre as experiências mais recentes, o programa Cultura Viva do Ministério da Cultura e a implantação do Sistema Nacional de Cultura. A implementação das diretrizes da Política Nacional da Cultura parte do princípio da interlocução entre os entes federativos – no caso brasileiro, entre União, Estados e Municípios – e entre os produtores culturais e o Estado.

Este artigo tem por objetivo apresentar um relato sobre a experiência do Movimento Cultura Viva Santo André, São Paulo, Brasil, no sentido de participar da construção coletiva de uma política cultural para a cidade.

A idealização do Movimento Cultura Viva nasceu da política de cultura implementada pelo Ministério da Cultura brasileiro no início da gestão de Gilberto Gil em 2004. Denominado Programa Cultura Viva, buscou, desde então, “fomentar as manifestações culturais da sociedade promovidas por agentes que não têm acesso, ou o têm de maneira entendida como deficiente, ao mercado cultural – seja no momento da produção, seja no da difusão do que foi produzido, seja no do consumo de bens culturais considerado necessário ao próprio estabelecimento de canais entre estas práticas e o conjunto de manifestações no campo da cultura”. (DOMINGOS; SOUZA, 2011, p. 130)

Trata-se, no dizer de Celio Turino (2010), um de seus idealizadores, de uma política para dar a voz àqueles que produzem cultura nas periferias, no campo, no suburbio, num programa amplo de democratização do acesso à cultura.

Ponto de Cultura pressupõe autonomia e protagonismo sociocultural, potencializados pela articulação em rede e se expressa com o reconhecimento e legitimação do fazer cultural das comunidades, gerando empoderamento social. Por si, essa política pública já representaria um avanço em relação às tradicionais formas de relacionamento entre poder público e sociedade, mas é preciso ir além e incorporar o elemento transformador. Daí o programa Cultura Viva. (TURINO, 2010, p. 85)

E, ao longo desses anos, editais públicos permitem o fortalecimento de grupos de cultura e, principalmente, a articulação em rede de produtores Culturais que antes estavam ocultos, silenciosos, potencializando o que a rede mundial de computadores pode fornecer.

Trata-se de uma experiência de construir políticas públicas com a participação dos diferentes setores da sociedade. Busca-se um panorama novo de transdisciplinaridade, de ação coletiva, de permanências e dinamismo, que reúna memórias, práticas, experimentações e difusão.

### **A experiência do Movimento Cultura Viva Santo André**

Foi no sentido de fortalecer a ideia de uma gestão participativa de cultura que surgiu o Movimento Cultura Viva Santo André no final de 2012. O Movimento teve sua origem a partir da articulação de vários grupos culturais ligados à produção musical e de cinema e vídeo e memorialistas na defesa de um antigo edifício tombado na cidade que sofria intervenções irregulares por ação da prefeitura municipal. Durante todo o ano de 2012, o movimento social saiu às ruas na defesa do patrimônio cultural que retomava o debate sobre cultura e memória que estava adormecido por muitos anos.

Após vivenciar uma experiência participativa nos anos 1990, grupos culturais foram excluídos dos processos decisórios nos primeiros anos do século XXI.

Cansados da falta de espaço para o diálogo, se organizava o SOS Carlos Gomes em defesa da restauração do Cine Teatro de mesmo nome. Construído nos anos 1920 o edifício sofreu várias intervenções ao longo do tempo até ser adquirido e tombado pela Administração Municipal em 1992 e reformado em 1997. Era de conhecimento de todos a necessidade de uma reforma estrutural no edifício, no entanto, o início das obras em ano eleitoral mobilizou os grupos de cultura da cidade no sentido de defender a memória local.



Momentos do Cine Teatro Carlos Gomes em imagens nos anos de 1925, 1953, 1997 e 2012.

O mesmo grupo que saiu às ruas na defesa do Cine Teatro Carlos Gomes se reuniu para debater diretrizes para a política cultural da cidade, entusiasmado com a vitória eleitoral dos Partidos Trabalhadores. O novo governo, afinado com o governo federal, trazia esperanças para a implementação de uma política participativa, a exemplo do que se realizava no governo federal que envolvia a inserção do município no Sistema Nacional de Cultura e o fortalecimento dos grupos de cultura locais.

As dificuldades de diálogo com o governo municipal se mostraram logo após a divulgação de suas primeiras ações que tratou as ações culturais como produção de eventos desconectados com os anseios do movimento social envolvendo a transferência de recursos públicos para espaços privados.

Após várias tentativas de abrir diálogo com o poder público local, no terceiro mês após a posse do novo governo, o Movimento Cultura Viva Santo André saiu às ruas da cidade para debater com a população as possibilidades de uma gestão cultural participativa. Deste diálogo surgiu a série fotográfica “Recados para a Cultura”, coordenada pelo fotógrafo Marcello Vitorino, os recados – fotos em preto e branco de frases específicas sobre a questão cultural – foram fixados em andaimes e varais pela área central da cidade, além de serem multiplicados pelas redes sociais da internet.



Recados para a cultura, ação coordenada pelo fotógrafo Marcello Vitorino (2013)

Os recados se espalharam na cidade e nas redes sociais ampliando o debate sobre alternativas para a política cultural local, sem, no entanto, abrir possibilidades para o diálogo. Apesar da inexistência de canais diretos para o debate com a Administração Municipal, o Movimento Cultura Viva, por meio das redes sociais da internet, realização de reuniões e uso da transmissão ao vivo de suas práticas sociais, foi intervindo pouco a pouco em algumas poucas ações municipais.

Em pauta, a inserção do município ao Sistema Nacional de Cultura, proposto pelo Ministério de Cultura, como uma alternativa para a Gestão transparente e participativa dos recursos públicos, com foco em um conceito amplo de cultura e

do fazer cultural que coloque à mostra o cotidiano do cidadão e dê condições de acesso a todos.

Mesmo sem conseguir a abertura de canais de participação, o Movimento Cultura Viva optou por organizar uma Conferência Livre de Cultura nos moldes previstos pela Conferência Nacional de Cultura e iniciar um debate mais amplo sobre políticas de cultura para a cidade e para a região do ABC – região formada por sete cidades localizadas à sudeste da cidade de São Paulo.

Preocupados com a complexidade dos temas propostos pelo Ministério da Cultura, o caminho escolhido pelo MOVIMENTO CULTURA VIVA SANTO ANDRÉ para a construção da Conferência Livre foi o do debate de ideias. Para tanto, além das reuniões, foram convidados pensadores da área de cultura para constituir uma base conceitual comum entre os membros do Movimento. Foram organizadas três rodas de conversa sobre temas que vão fortalecer o debate coletivo e a formulação de propostas:

- ◆ Em 29 de abril realizou-se a 1ª roda de conversa com Maria Elisa Cevasco, professora de Letras e Estudos Culturais da USP, sob o tema “Conceitos de Cultura”, onde compreendemos as mudanças que o conceito de cultura teve ao longo da história, fortalecendo o papel do cidadão como produtor e formulador da cultura;
- ◆ Em 20 de maio, foi realizada a 2ª roda de conversa com Lilian Amaral, artista e pesquisadora da UNESP, com o tema “Por uma poética pública: arte urbana, a(r)tivismo e novos meios”, onde foi reforçado o conceito de que a cidade é um território de realizações coletivas, lócus de ressignificações constantes, fortalecendo o papel de cada um na ação, criação, configuração e reconfiguração dos espaços, transformando-os em lugares;
- ◆ Em 27 de maio, na 3ª roda de conversa, Gerardo Silva, professor da UFABC, trouxe para o debate ideias sobre “Cultura e economia criativa”

destacando, logo na primeira fala, que as políticas culturais implementadas pelos poderes públicos ainda são as mesmas do início do século XX, enfocando, apenas o evento e a formação de espectadores, no lugar de estimular a produção e a crítica.

A CONFERÊNCIA LIVRE DE CULTURA foi construída com base nos objetivos da Conferência Nacional de Cultura, entre eles:

I - Propor estratégias de aprimoramento da articulação e cooperação institucional entre os entes federativos e destes com a sociedade civil, que dinamizem os sistemas de participação e controle social na gestão das políticas públicas de cultura para implementação e consolidação dos Sistemas Nacional, Estaduais/Distrito Federal, Municipais e Setoriais de Cultura, envolvendo os respectivos componentes;

II - Discutir a cultura brasileira nos seus aspectos de identidade, da memória, da produção simbólica, da gestão, da sua proteção e salvaguarda, da participação social e da plena cidadania;

III - Propor estratégias para o reconhecimento e o fortalecimento da cultura como um dos fatores determinantes do desenvolvimento sustentável;

IV - Contribuir para a integração das políticas públicas que apresentam interface com a cultura.

A Conferência Livre de Cultura se realizou no dia 9 de junho com a presença de cerca de 100 pessoas representando vários coletivos culturais da região. A abertura da Conferência constou com a palestra de Liduina Lins, produtora cultural na área de dança, consultora **UNESCO/MINC** para o Sistema Nacional de Cultura, e Luís Alberto de Abreu, um dos mais atuantes e premiados dramaturgos brasileiros, roteirista e respeitado professor, largamente reconhecido, nascido e residente na região do ABC. Num segundo momento, grupos de trabalhos se formaram para debater e propor diretrizes para os quatro eixos propostos pela Conferência Nacional de Cultura, quais sejam: a) Implementação do Sistema

Nacional de Cultura; b) Produção Simbólica e Diversidade; c) Cidadania e Direitos Culturais; d) Cultura e Desenvolvimento.



Reunião dos grupos de trabalho para a formulação de recomendações da Conferência Livre

Em um formato que não permitiu a troca de ideias, a Prefeitura de Santo André realizou a Conferência Municipal de Cultura frustrando todas as expectativas daqueles que participaram da Conferência Livre. A Conferência Municipal de Cultura, realizada sem que houvesse uma preparação prévia dos participantes, foi mais um evento para ocultar conflitos entre os produtores de cultura e a municipalidade.

Embora a organização política do Movimento Cultura Viva Santo André tenha sido ignorada, a divulgação dos resultados da Conferência Livre resultou em um convite do Ministério da Cultura para participar da Conferência Nacional de Cultura. Ao mesmo tempo, possibilitou a realização de evento em parceria com a Universidade Federal do ABC e Serviço Social do Comércio de Santo André. O evento, denominado Encontro da Diversidade Cultural, ambos realizados no mês de novembro.

Mais uma vez, reuniões preparatórias e rodas de conversas foram realizadas como forma de divulgar o Encontro da Diversidade e fortalecer a construção de propostas para a política cultural da região. Nesta oportunidade foram convidados Célio Turino, para explanar sobre Pontos de Cultura e o Programa Cultura Viva, e Ivana Bentes, que trouxe a experiência da Universidade Federal do Rio de Janeiro na formulação de políticas culturais.



A temática do Encontro buscou aprofundar o debate de temas propostos pela III Conferência Nacional de Cultura nos eixos da Produção Simbólica e Diversidade Cultural, Cidadania e Direitos Culturais e Cultura e Desenvolvimento, de modo a fortalecer a reflexão e contribuir com a construção de práticas e políticas culturais de forma colaborativa. Dentro de cada eixo, dois temas foram objeto de debates buscando identificar desafios e estratégias para o enfrentamento das questões apontadas.

O encontro que contou com palestra de abertura de Albino Rubim, professor da Universidade da Bahia e Secretário Estadual da Cultura, trouxe novos elementos ao debate sobre política cultural e alternativas para ampliar o debate sobre gestão participativa de cultura envolvendo novos atores sociais. A parceria com o Serviço Social do Comércio e Universidade Federal do ABC traz novas perspectivas para o movimento no sentido de avançar o debate e realizar novas campanhas para buscar caminhos para fortalecer a presença da sociedade civil na política cultural do município e na perspectiva de construir uma gestão democrática, transparente e participativa.

Mesmo sem ter conquistado a abertura de um processo de gestão participativa o Movimento Cultura Viva Santo André se fortalece no debate de ideias e na ampliação de redes e contatos que abrem novas perspectivas para a construção de políticas culturais e força novas atitudes do governo municipal.

### **Considerações preliminares**

Ao longo da ação de pouco mais de um ano, não há apenas derrotas a contabilizar. Inúmeros avanços foram atingidos na conformação de uma nova articulação de instituições para a implementação de políticas Culturais: a universidade, o Serviço Social do Comércio (Sesc) são fortes instituições que passaram a atuar conjuntamente com o movimento social para a construção de novas práticas sociais.

Mesmo a municipalidade, fechada ao diálogo, altera suas atitudes ao longo do tempo para dar respostas às solicitações do movimento social. De outro lado, governo do estado e Ministério da Cultura se mostram interessados em colaborar e compartilhar experiências.

Neste rico proceso de debate, verificou-se o crescimento de laços entre os produtores culturais e um maior conhecimento da realidade regional. No fundo, observa-se que o poder local nas sete cidades da região ABC tem dificuldade de interagir com o movimento social no que se refere às questões de cultura, ainda entendida como a realização de eventos e festas, muito mais focada nas questões da produção, diversão e lazer do que nas relações simbólicas.

Na contramão do despreparo das administrações municipais em lidar com o movimento social, surge um discurso democrático completamente descolado das práticas e fazeres, discurso este com foco direto na captação de recursos federais para aplicação em novos eventos.

São dilemas a serem enfrentados na construção do caminho democrático para a formulação de políticas culturais que exigem a compreensão da diversidade e da alteridade.

### **Referências Bibliográficas**

CHAUÍ, Marilena. Cultura e democracia. Salvador: Secretaria de Cultura; Fundação Pedro Calmon, 2012.

DOMINGOS, João; SOUZA, Victor. Programa Cultura Viva: a política cultural como política social? Elementos de análise dos fundos públicos e do direito à produção da cultura. In: BARBALHO, Alexandre et al. (orgs). *Cultura e desenvolvimento: perspectivas políticas e econômicas*. Salvador: EDUFBA, 2011.

TURINO, Célio. Ponto de cultura: o Brasil de baixo para cima. São Paulo: Anita Garibaldi, 2010.